

*Artigo

Obras da copa: Solução já!

Ao que parece, no atual governo estadual existem dois tipos de suspensões e rescisões de contratos: os “com alarde” e os “sem alarde”.

O contrato do VLT, por exemplo, foi suspenso com direito à foguetório e banda de música. Num primeiro momento, pairava a desconfiança do superfaturamento. Posteriormente, sai o superfaturamento de cena e entra a discussão sobre a necessidade de aumentar o valor original do contrato para conclusão das obras.

A empresa pede R\$ 723 milhões de aditivo. O Governo, com a questão judicializada, contrata auditoria da multinacional KPMG, cujo resultado aponta para a necessidade de um acréscimo contratual da ordem de “apenas” R\$ 191 milhões.

Vem a máquina de propaganda do Governo e afirma que a auditoria, contratada, por R\$ 3,8 milhões, possibilitou uma “economia” aos cofres públicos de R\$ 532 milhões, vez que reconheceu que a empreiteira tem direito a “apenas” 26,4% do que pediu. Desse total reconhecido, R\$ 176 milhões são referentes a reajustes e reequilíbrio econômico-financeiro e R\$ 426 milhões é o saldo do contrato corrigido pelo Índice Nacional de Custo da Construção – INCC. No frigar dos ovos, segundo estudos da KPMG, a obra saltará de R\$ 1,477 bilhão para R\$ 1,668 bilhão.

Ora, onde ficou o superfaturamento? O preço não era para ser reduzido? Se tivesse superfaturamento deveria ter sido abatido do saldo do contrato, todavia, o saldo foi apenas “corrigido”. Nenhum desconto ocorreu.

Ocorre, que até as pedras sabem que as empreiteiras sempre pedem aditivos muito acima do necessário, afinal, “se colar colou”. Todavia, o corpo técnico do próprio Estado, cuja revisão geral anual (RGA) o Governo negou e que agora paga seus salários de forma escalonada, é capaz de detectar essa velha jogada, analisando com acuidade a planilha de formação de preços. Não precisava gastar dinheiro com a KPMG. Os “santos de casa” (leia-se: competentes e abnegados servidores públicos) conseguiriam fazer esse “milagre” com “pés nas costas”. Eles facilmente chegariam a mesma conclusão que chegou a empresa de auditoria.

A questão continua judicializada. Praticamente dois anos já se passaram do Governo atual. Há pouca luz no final do túnel. A obra, outrora dita “superfaturada”, vai precisar de aditivo se quiser ser terminada. A precipitação, a inexperience e talvez a soberba, causou mais prejuízos ao Estado, pois, quando (e se) retornar a obra do VLT, novos custos serão agregados: mobilização, desmobilização, recuperação de obras já realizadas e despesas de manutenção dos vagões.

Agora, o que chama a atenção são as obras suspensas sem alarde. Sem banda de música. Sem foguetório. Nesse grupo, encontram-se, por exemplo, os Centros de Treinamento do Pari e da UFMT (os famosos COTs) e as obras do aeroporto Marechal Rondon.

Essas obras são tocadas, em consórcio, pela Engeglobal Construções, cujo proprietário é o Sr. Robério Garcia, que vem a ser pai do jovem deputado Fábio Garcia, afilhado político do Prefeito Mauro Mendes, outrora aliado do Governador Pedro Taques.

O fato é que essas obras, além de nunca terminarem, tem problemas de qualidade. Veja o caso do aeroporto: a olho nu percebe-se problemas construtivos. O “finger”, por exemplo, dispositivo que faz a ligação entre o terminal do aeroporto e o avião, permitindo o embarque e desembarque de passageiros, está com visíveis desgastes na pintura e manchas de ferrugens em vários pontos de sua estrutura metálica. Nem parece ser novo. O ar condicionado respinga água sobre o corredor. O piso emborrachado está se soltando. E o que falar do forro dos sagüões? Um tremendo caos. E o ar condicionado do aeroporto? Notoriamente hipossuficiente. E a película nos vidros frontais da fachada do aeroporto? Não existem, fazendo com que o sol bata diretamente no rosto dos funcionários das companhias aéreas responsáveis pelo check in. Os fatos falam por si. O Marechal Rondon, em pesquisa nacional, é considerado o pior aeroporto do Brasil. Triste ranking para Mato Grosso.

No caso dos COTs do Pari e da UFMT, além da Engeglobal, também participa do consórcio a empresa Três Irmãos Engenharia, onde um dos proprietários é o ex-deputado Carlos Avalone, companheiro de primeira hora (e hoje de partido) do Governador Pedro Taques.

A não conclusão dos COTs gerou um caso “sui generis” e constrangedor. Os Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), que ora estão ocorrendo em Mato Grosso, pela primeira vez não terá competições de atletismo. Sabe por que? Não há pistas de corridas disponíveis em Cuiabá. Fato lamentável.

Como Deputado Federal já fiz minha parte. Quando exerci a vice-presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara Federal, dei parecer favorável à Proposta de Fiscalização (PFC 121), que por ironia do destino é de autoria do deputado Nilson Leitão que a apresentou quando Silval Barbosa era Governador, para que o Tribunal de Contas da União (TCU) faça auditoria em todos os contratos das obras da copa que receberam aporte de recursos do Governo Federal, para saber o que de fato ocorreu (Governo passado) e o que de fato está ocorrendo (Governo presente).

Paralelamente, pedirei realização de audiência pública na Câmara Federal, convocando os empreiteiros, sem exceção, para explicarem os motivos dos atrasos e da baixa qualidade das obras. Os membros do Governo do Estado, do passado e do presente, como não podem ser convocados, serão convidados para igualmente, caso queiram, prestar as informações devidas. Também convidaremos instituições públicas e a sociedade civil organizada (OAB, CGU, TCE, TCU, MPE, MPU, CREA, Infraero, Movimento de Combate à Corrupção etc.).

Do jeito que está não dá para continuar. Urge uma solução. As obras não podem continuar paralisadas, ou tocadas a passos de tartaruga. A Cuiabá dos 300 anos não pode passivamente ficar vendo a “banda passar”.

Vou encabeçar esta luta e conto com a ajuda de todos, em especial, do povo cuiabano.

Valtenir Pereira - Defensor Público e Deputado Federal

*Curtas

Escassez de chuva causa queda na produção de pequi

Com a falta de chuva durante oito meses, os produtores do município de Ribeirão Cascalheira contabilizam uma queda que pode chegar a 60% na produção de pequi. A colheita já começou e dura dois meses (novembro e dezembro). O cultivo do pequi é nativo e ocupa uma área de 120 hectares, e alguns produtores estão plantando novas mudas para serem utilizadas também no reflorestamento de áreas degradadas. O técnico agropecuário da Empaer, Carlos Alberto Quintino, fala que a planta nativa do cerrado, o Pequi (Caryocar brasiliense), necessita de água para florescer. Com a escassez das chuvas de inverno e 240 dias de estiagem, a previsão é colher somente 300 toneladas do fruto. Ele destaca que o município produz 900 toneladas por ano, ou seja, está prevista uma quebra de 600 toneladas de pequi. Quintino acredita que os prejuízos financeiros podem chegar a aproximadamente R\$ 645 mil. A safra do pequi tem movimentado, nos últimos anos, a economia do município com compradores de Brasília, Goiânia e Cuiabá.



É Hora de Cuidar

“O melhor momento para agir é agora”. É com este tema que a Fundação MT convida a classe produtora de Tangará da Serra e região para o É Hora de Cuidar 2016, que acontece nesta terça-feira, 8, na Acits. O evento vai percorrer ao todo oito municípios e levar informações de pesquisa para o cuidado e manejo da soja.

Programação

A programação do É Hora de Cuidar 2016 é formada por três momentos: Nematoides: um desafio contínuo; Problemas crescentes da soja: percevejos e mosca branca; e Doenças da soja: ajuste fino para o momento de agir, com os pesquisadores Fabiano Siqueri e Ivan Pedro Araújo. O evento inicia 18h (abertura), com coquetel às 18h30.

Plantão fiscal

A Secretaria de Fazenda realiza nesta terça-feira, 8, o Plantão Fiscal na cidade de Campo Novo do Parecis, apresentando temas tributários de grande interesse às empresas. O evento é realizado em parceria com a 28ª Delegacia Regional do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso (CRC-MT).

Campo Novo

As apresentações serão conduzidas pelo gerente Regional Noroeste Maurício Gomes, na Câmara de Campo Novo, a partir de 19h. Na ocasião serão tratados os temas: Programa de Recuperação de Créditos do Estado de MT – REFIS-MT; Portaria 129/2016-Nova sistemática do Cadastro de Contribuintes de MT; e Legislação Tributária Estadual.

*Bastidores da Política

Investimentos

A região de Barra do Garças recebeu importantes investimentos do Governo do Estado para fortalecer o potencial turístico, firmar o município como segmento econômico de destaque e dar melhores condições à população, totalizando R\$ 12.334 milhões em obras em andamento e outras já entregues.

Turismo

Um exemplo são os projetos do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Turismo de Mato Grosso (Prodestur), com recursos do BNDES, entre eles o Centro de Eventos de Barra do Garças, que está com obras em pleno andamento e a previsão é que seja entregue ainda no primeiro trimestre de 2017. O projeto está orçado em R\$ 7,4 milhões.

Aviação regional II

Foi investido aproximadamente R\$ 1,5 milhão em recursos do Governo do Estado na construção da cerca operacional e na aquisição do maquinário de raio-x do aeroporto. O voo Cuiabá-Barra do Garças faz parte das ações do Programa Voe MT, idealizado pela Sedec com intuito de fomentar a aviação regional.

Voe MT

O Voe MT foi criado para fomentar e democratizar o transporte aéreo e diversificar as cidades a serem atendidas com voos regulares. Pelo programa as companhias aéreas podem obter redução da alíquota do ICMS para compra de querosene de aviação. A redução é progressiva, de 20% a 84%.

Pontal do Araguaia

Outra boa notícia para a população do entorno de Barra do Garças é a revitalização da Avenida Universitária, em Pontal do Araguaia. As obras estão em estágio final. As obras devem ser concluídas até o final deste ano. O projeto com recurso do BNDES, está custeado em R\$ 2,3 milhões e integra o pacote de ações do Prodestur.

Aviação regional I

Uma ação de destaque bastante aguardada pelos moradores da região é a reforma do aeroporto local, que passa a receber voos regionais da empresa aérea Azul. A reforma é resultado da parceria entre o Governo de Mato Grosso, por meio das Secretarias de Estado de Infraestrutura e de Desenvolvimento Econômico, e a Prefeitura Municipal.

Águas Quentes

Outra ação que fortaleceu o turismo na região de Barra do Garças foi a revitalização do Parque das Águas Quentes ‘Antônio Carlos do Nascimento’. O parque fica dentro do perímetro urbano do município e chega a receber 30 mil pessoas por mês, entre turistas e moradores, segundo informações da Secretaria Municipal de Turismo.

Regularização

Requerida pelo deputado Estadual Zé Carlos do Pátio (SD), a Assembleia Legislativa de Mato Grosso vai realizar nesta terça-feira, às 9h, uma audiência pública para debater a regularização fundiária urbana e rural em Mato Grosso. O evento acontece no auditório Milton Figueiredo, localizado na própria AL – MT.

Hospitais filantrópicos suspendem cirurgias e UTIs

Cinco hospitais filantrópicos de Mato Grosso suspenderam o recebimento de novos pacientes, além de cirurgias nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) do estado. Segundo a Federação das Santas Casas e dos Hospitais Filantrópicos do Estado de Mato Grosso (Fehosmt), a suspensão começou nesta segunda-feira por causa de repasses de recursos que estão atrasados. A suspensão atinge os 5 hospitais filantrópicos de Mato Grosso: Santa Casa de Misericórdia, Santa Helena, Hospital do Câncer, Santa Casa de Rondonópolis e Hospital Geral Universitário. Os hospitais destacam que a SES-MT está devendo R\$ 7 milhões de repasses atrasados para Cuiabá.



Diário da Serra®

O DIA-A-DIA DA NOTICIA

Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME

ISSN 2238-6467

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO

Av. Tancredo Neves, 1247-W Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000

Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arapirã, Nordestândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.

Tragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO

DIREÇÃO GERAL

Mano Reski

mano@diariodaserra.com.br

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

Silvana Tormes

silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiola Tormes

CONTATO

redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES

Maykon H. M. Campos

Guilherme Coutinho

Vitória Bertol

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE E ASSINATURA

PUBLICIDADE LEGAL

GRÁFICA

E. Tormes & Cia Ltda-ME

Av. Tancredo Neves, 1247-W Sala 02

CNPJ 14.048.123/0001-07

CONTATO

adm@diariodaserra.com.br

65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501

www.diariodaserra.com.br

www.ds.jor.br